

"ESTAR SOLTA": envelhecimento feminino, patriarcado e reinvenção da autonomia em espaços de forró

Yohana Tôrres Monteiro (UFC), yohanatorres17@hotmail.com

RESUMO

Este artigo, vinculado à pesquisa de doutorado em sociologia em desenvolvimento na Universidade Federal do Ceará (UFC), analisa o envelhecimento feminino a partir das experiências de “mulheres velhas” frequentadoras de espaços de forró em um município do interior cearense, compreendendo esse contexto como um território de sociabilidade, agência e reinvenção da autonomia feminina. Partindo da compreensão do envelhecimento como uma construção social atravessada por relações de gênero, poder e moralidade, o estudo tem como objetivo geral analisar de que maneira essas mulheres ressignificam a velhice e produzem formas de autonomia em contextos historicamente marcados pelo patriarcado e pelo controle dos corpos femininos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza compreensiva, fundamentada em entrevistas semiestruturadas, observação participante e registros em diário de campo, articulando as narrativas das interlocutoras a uma perspectiva sociológica feminista. Os resultados parciais indicam que o forró se configura como um dispositivo sociocultural central na experiência dessas mulheres, no qual a dança, a sociabilidade e a ocupação do espaço público operam como práticas cotidianas de resistência e reinvenção identitária. As narrativas evidenciam que o envelhecimento feminino, longe de representar apenas perda ou retraimento social, pode constituir-se como um tempo de ampliação da liberdade, de reconfiguração do corpo e de questionamento das normas patriarcais que historicamente limitaram a circulação, o prazer e a autonomia das mulheres.

Palavras-chave: Envelhecimento feminino. Mulher velha. Patriarcado. Forró.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento feminino tem sido historicamente atravessado por processos de silenciamento, controle moral e desvalorização simbólica, especialmente quando associado à perda da juventude, da sexualidade legitimada e da centralidade social do corpo feminino. Na tradição sociológica e feminista, Simone de Beauvoir (1970) já evidenciava que a velhice não constitui apenas um fato biológico, mas uma condição social produzida por relações estruturais de poder, que incidem de forma desigual sobre homens e mulheres. Para as mulheres, envelhecer implica, frequentemente, um duplo processo de subalternização: por gênero e por idade, configurando uma experiência social específica marcada por exclusões simbólicas, morais e espaciais.

Nesse sentido, a categoria “mulher velha”, adotada neste artigo, não é descritiva nem neutra, mas política e analítica. Trata-se de uma escolha conceitual que recusa o discurso contemporâneo sobre o envelhecimento e evidencia como a velhice feminina é socialmente construída como lugar de apagamento, desvalorização e controle. Conforme argumenta Debert

(1998), as categorias de idade são construções históricas e sociais, atravessadas por investimentos simbólicos que organizam expectativas, normas e posições sociais ao longo do curso da vida. Assim, a “mulher velha” não existe fora das estruturas sociais que regulam gênero, corpo, sexualidade e tempo, sendo produzida por dispositivos simbólicos que definem o que pode ou não ser vivido em cada fase da vida social.

Este artigo é fruto da pesquisa de doutorado em sociologia desenvolvida na Universidade Federal do Ceará (UFC) e analisa o “forró dos velhos” - como um espaço privilegiado de sociabilidade, agência e reinvenção da autonomia feminina. Longe de ser apenas um ambiente recreativo, o forró emerge, no trabalho de campo, como um dispositivo sociocultural no qual “mulheres velhas” reconfiguram suas relações com o corpo, com o tempo e com as normas patriarcais que historicamente limitaram sua circulação nos espaços públicos.

A análise dialoga diretamente com uma perspectiva feminista materialista que compreende o patriarcado como um sistema histórico de dominação estruturante das relações sociais (Aguiar, 2011; Federici, 2017). Conforme argumenta Federici (2017), o controle dos corpos femininos foi central para a consolidação da ordem capitalista moderna, produzindo hierarquias duráveis entre gênero, sexualidade e valor social dos corpos. Nesse regime, o corpo da “mulher velha” passa a ocupar um lugar simbólico ambíguo: simultaneamente silenciado, temido e deslegitimado, especialmente quando escapa às normas da domesticidade, da moralidade e da dessexualização.

Ao centrar-se nas experiências de “mulheres velhas” frequentadoras do forró, o artigo se ancora na compreensão da experiência como categoria analítica, conforme proposto por Scott (1991), entendendo que os relatos são produções discursivas situadas, atravessadas por relações de poder, memória e pertencimento social. As entrevistas e os diários de campo são, assim, compreendidos como práticas sociais de produção de sentido, e não como registros individuais isolados.

A pesquisa de campo, atualmente em andamento, tem revelado a centralidade da dança como linguagem de liberdade e reconfiguração identitária. Em diário de campo, registra-se: “Na quadra, os corpos das “mulheres velhas” ocupam o espaço com segurança. Não pedem licença ao tempo. Dançam, escolhem com quem dançar, recusam convites, dançam sozinhas quando querem”.

As entrevistas reforçam essa dinâmica. Maria afirma que hoje prefere “estar solta” a se envolver em relações que possam restringir sua autonomia, ressignificando a velhice como

tempo de escolha e autodeterminação. Clara, por sua vez, narra que apenas após o casamento e a separação passou a frequentar o forró, afirmando que “dançando, a gente se sente viva, se sente no mundo”. Essas narrativas deslocam a velhice do campo da perda para o campo da experiência vivida, tensionando representações normativas que associam envelhecimento feminino à passividade e ao recolhimento social.

Esse processo pode ser compreendido à luz da perspectiva de Goffman (2015), segundo a qual os sujeitos não apenas ocupam papéis sociais, mas os performam, negociam e ressignificam. No forró, a performance dançante das “mulheres velhas” opera como um gesto político cotidiano, no qual o corpo envelhecido deixa de ser signo de inadequação para se tornar linguagem de presença, prazer e pertencimento social.

Dessa forma, o artigo sustenta que o forró se configura como um espaço de reinvenção da autonomia feminina, no qual “mulheres velhas” produzem formas alternativas de viver o envelhecimento, deslocando-se das posições históricas de silenciamento e subordinação que lhes foram socialmente atribuídas. Trata-se, portanto, de compreender o envelhecimento feminino não como etapa homogênea da vida, mas como campo de disputas simbólicas, políticas e existenciais.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar de que maneira as “mulheres velhas” frequentadoras de espaços de forró reconstroem suas formas de autonomia e ressignificam o envelhecimento feminino em contextos historicamente marcados pelo patriarcado, nos quais seus corpos, trajetórias e práticas de sociabilidade foram reiteradamente regulados por normas de gênero, moralidade e controle social. Ao focalizar o forró como espaço de experiência, interação e performance, busca-se compreender como essas mulheres produzem deslocamentos simbólicos e práticos em relação aos papéis que lhes foram socialmente atribuídos, afirmando modos alternativos de viver a velhice que tensionam o silenciamento, o recolhimento e a desvalorização historicamente associados ao envelhecimento feminino.

2 DESENVOLVIMENTO

O referencial teórico que fundamenta este artigo parte da compreensão de que o envelhecimento feminino não pode ser apreendido como um processo meramente biológico ou natural, mas como uma construção social atravessada por relações de gênero, normas culturais e hierarquias simbólicas que produzem sentidos específicos sobre o corpo, o tempo e a

experiência das mulheres. Nesse contexto, a velhice feminina é socialmente marcada por expectativas de retraimento, invisibilidade e perda de valor social, especialmente quando confrontada com ideais normativos de juventude, produtividade e beleza. Ao mesmo tempo, práticas culturais e espaços de sociabilidade, como o forró, emergem como territórios de disputa simbólica, nos quais mulheres mais velhas exercem agência, produzem pertencimento e ressignificam suas experiências de envelhecer. Assim, este referencial busca articular o envelhecimento, o gênero e a cultura como dimensões interdependentes na análise das trajetórias femininas, evidenciando os modos pelos quais essas mulheres negociam, resistem e reinventam os significados socialmente atribuídos à velhice.

2.1 O ENVELHECIMENTO FEMININO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E SIMBÓLICA

O envelhecimento, longe de constituir um dado natural ou uma etapa universalmente definida do curso da vida, deve ser compreendido como uma construção social e histórica, produzida por classificações, discursos e práticas que atribuem sentidos específicos ao corpo, ao tempo e às trajetórias dos sujeitos. A velhice não emerge automaticamente do avanço cronológico, mas é socialmente produzida a partir de convenções culturais, arranjos institucionais e relações de poder que definem quem pode ser considerado velho, em que momento da vida e sob quais expectativas sociais. Como assinala Beauvoir (1970), o início da velhice é impreciso e variável, dependendo das épocas, dos lugares e das estruturas sociais que organizam a experiência do tempo. Antes de se tornar uma experiência vivida, a velhice aparece como uma condição projetada sobre o outro, associada à decadência, à perda e à inutilidade social, o que dificulta seu reconhecimento como parte do próprio percurso biográfico.

Essa dificuldade em reconhecer-se como velho revela o caráter relacional da velhice enquanto categoria social. Wettstein *et al.* (2024) demonstram que o chamado “início percebido da velhice” tende a ser continuamente deslocado para idades mais avançadas, sobretudo em contextos nos quais a velhice é associada a imagens negativas de dependência, fragilidade e improdutividade. Quanto mais estigmatizada é a velhice, mais ela é empurrada simbolicamente para um futuro indefinido, tornando-se algo que nunca coincide plenamente com o presente vivido. Nesse sentido, a velhice opera menos como um marcador cronológico e mais como uma posição social, definida pelas condições materiais de existência, pelo capital cultural, pelas redes de sociabilidade e pelas possibilidades de manutenção da autonomia. Trata-se, portanto,

de uma categoria relacional e desigual, cuja incidência recai de maneira diferenciada sobre corpos e trajetórias marcadas por precariedade, exclusão e vulnerabilidade social.

Essa desigualdade torna-se ainda mais evidente quando o envelhecimento é analisado a partir das relações de gênero. A condição da “mulher velha” é atravessada por estigmas específicos, uma vez que o valor social do corpo feminino permanece fortemente atrelado à juventude, à beleza e à capacidade reprodutiva. Diferentemente do envelhecimento masculino, cuja sexualidade e potência simbólica tendem a ser socialmente legitimadas por mais tempo, o envelhecimento feminino é abruptamente marcado pela menopausa, que funciona como um divisor simbólico na trajetória das mulheres (Beauvoir, 1990). A interrupção da função reprodutiva não apenas redefine o corpo feminino no plano biológico, mas produz uma reclassificação social que associa a “mulher velha” à perda de valor estético, sexual e social. Assim, a velhice feminina é vivida sob maior vigilância simbólica, reforçando processos de invisibilização e desqualificação que não recaem com a mesma intensidade sobre os homens envelhecidos.

A contribuição de Debert (1998) é central para deslocar o envelhecimento do campo das evidências naturais para o terreno das construções sociais e simbólicas. Ao afirmar que a velhice não é uma categoria natural, a autora rompe com abordagens biologizantes que tratam o envelhecer como simples consequência do declínio fisiológico. Embora o ciclo biológico seja um dado universal da condição humana, os significados atribuídos à velhice variam historicamente e culturalmente, sendo produzidos por classificações etárias, discursos especializados e práticas institucionais. A velhice, nesse sentido, não é um destino inevitável inscrito no corpo, mas o resultado de processos sociais que definem fronteiras etárias, atribuem papéis sociais e hierarquizam as fases da vida. As grades etárias, como demonstra Debert (1998), não obedecem a uma lógica natural, mas funcionam como dispositivos simbólicos que organizam expectativas, direitos e deveres socialmente atribuídos aos sujeitos.

Essa perspectiva crítica também se expressa na distinção fundamental entre envelhecimento como processo biológico e velhice como categoria social. A antropologia, ao relativizar noções tomadas como universais, evidencia que não há um significado único para ser velho. Em algumas sociedades, a idade avançada pode estar associada ao prestígio, à sabedoria e à autoridade moral; em outras, à perda de valor social, à dependência e à marginalização. Essa variabilidade histórica e cultural revela que a velhice não carrega em si um sentido fixo, mas é permanentemente interpretada, normatizada e hierarquizada. Ao criticar

as abordagens desenvolvimentistas que concebem o curso da vida como uma sequência linear e homogênea de etapas, Debert (1998) evidencia que categorias como infância, juventude e velhice são construções simbólicas que organizam a vida social de modos diversos.

O corpo ocupa lugar central nesse processo de construção simbólica da velhice. Como afirma Featherstone (1994), o corpo não opera no mundo social como uma entidade puramente biológica, mas como uma superfície sobre a qual a cultura é inscrita. O envelhecimento, portanto, não se limita às transformações fisiológicas do organismo, mas envolve a produção social de sentidos sobre essas mudanças corporais. As marcas do tempo no corpo tornam-se signos socialmente interpretados, associados a normas, valores e expectativas que variam conforme o contexto histórico. No caso das “mulheres velhas”, o corpo envelhecido torna-se um território particularmente sensível, onde se inscrevem discursos de controle, desvalorização e, ao mesmo tempo, possibilidades de ressignificação e resistência.

Ao reconhecer que não existe um único modo de envelhecer, Featherstone (1994) contribui para romper com visões homogêneas e normativas da velhice. O envelhecimento deve ser compreendido como um processo plural, atravessado por diferenças de classe, raça, gênero e território. As experiências das “mulheres velhas” são marcadas por trajetórias singulares, que não podem ser reduzidas a modelos universais de declínio ou de envelhecimento bem-sucedido. Essa compreensão abre espaço para analisar o envelhecimento feminino como um campo de disputas simbólicas, no qual normas sociais são negociadas, tensionadas e, por vezes, subvertidas.

Por fim, ao situar o envelhecimento feminino no interior de sociedades capitalistas e patriarcais, torna-se evidente que a velhice é atravessada por relações estruturais de poder. Como destacam Beauvoir (1970) e Elias (2001), a marginalização dos velhos é um fenômeno moderno, relacionado à centralidade da produtividade, do trabalho assalariado e da autonomia individual como valores sociais. Nesse contexto, aqueles que deixam de ser considerados produtivos são progressivamente deslocados para posições de dependência e invisibilidade. Para as mulheres, esse processo é intensificado pela persistência de normas de gênero que vinculam seu valor social à juventude e à reprodução. Assim, o envelhecimento feminino não pode ser compreendido fora das estruturas que produzem desigualdades ao longo de todo o curso da vida, tornando a velhice um espaço privilegiado para observar as articulações entre gênero, corpo, tempo e poder.

2.2 O FORRÓ COMO ESPAÇO DE AGÊNCIA, SOCIABILIDADE E RESSIGNIFICAÇÃO DA VELHICE FEMININA

A velhice, frequentemente inscrita no imaginário social como um tempo de retraimento, silêncio e esvaziamento das experiências afetivas e corporais, adquire outros contornos quando observada a partir de práticas culturais populares. No contexto brasileiro, o forró emerge como um espaço privilegiado para compreender como sujeitos envelhecidos — especialmente as “mulheres velhas” — constroem formas alternativas de presença social, agência e pertencimento. Longe de se configurar apenas como atividade recreativa ou entretenimento, o forró constitui-se como um campo simbólico no qual se produzem interações, performances e significados que tensionam os discursos hegemônicos sobre o envelhecimento feminino. Nesse sentido, analisar o forró sociologicamente implica reconhecê-lo como um território de disputa simbólica, onde normas de gênero, idade e sexualidade são simultaneamente reproduzidas e reconfiguradas.

A centralidade desse espaço torna-se ainda mais evidente quando se considera a trajetória histórica das mulheres que hoje vivenciam a velhice. Formadas sob regimes morais marcados pela vigilância dos corpos femininos, pela contenção do desejo e pela normatização da sexualidade (Negreiros, 2004), muitas dessas mulheres atravessaram juventudes e vidas adultas reguladas pelo patriarcado. O envelhecimento, nesse contexto, representa também uma inflexão biográfica que pode abrir brechas para rearranjos subjetivos. O forró, assim, configura-se como um espaço no qual essas mulheres experimentam deslocamentos em relação aos papéis tradicionais que lhes foram historicamente atribuídos, transformando a dança em prática cotidiana de autonomia e reinvenção de si.

A sociabilidade produzida nesses espaços pode ser compreendida à luz da contribuição de Simmel (1983), para quem a sociabilidade constitui uma forma lúdica de associação, na qual a interação não está subordinada a finalidades instrumentais externas, mas se realiza como valor em si mesma. No “forró dos velhos”, a sociabilidade se expressa nos encontros regulares, nos rituais de preparação — escolher a roupa, maquiarse, perfumar-se —, nas conversas, nos olhares e nos convites para dançar. Esses gestos aparentemente ordinários produzem vínculos, reconhecimentos e afetos, compondo um universo relacional que desafia a ideia de que a velhice seria marcada pelo isolamento social. Trata-se de uma sociabilidade carregada de significados, onde o corpo envelhecido não é ocultado, mas colocado em circulação, tornando-se meio de comunicação e interação.

Nesse cenário, o forró opera como um espaço de exercício da agência feminina. Ao ocupar o salão, dançar, escolher parceiros e estabelecer limites, as “mulheres velhas” acionam capacidades de ação que foram, ao longo de suas trajetórias, frequentemente cerceadas. A agência, aqui, não deve ser compreendida como ruptura absoluta com as estruturas sociais, mas como capacidade situada de agir dentro de contextos normativos específicos. Ao dançar forró, essas mulheres não escapam completamente das convenções de gênero, mas negociam com elas, reapropriando-se de práticas culturais que lhes permitem experimentar prazer, visibilidade e reconhecimento social em uma etapa da vida frequentemente associada à invisibilidade.

A dimensão performática dessas interações pode ser aprofundada a partir da perspectiva de Goffman (2015), que compreende a vida social como um conjunto de performances encenadas diante de públicos específicos. No espaço do forró, as “mulheres velhas” constroem apresentações de si que desafiam os estigmas associados à velhice feminina. A dança, os gestos, o cuidado com a aparência e a disposição para o encontro produzem uma “fachada” social que comunica vitalidade, autonomia e desejo de participação. Ainda que essas performances não eliminem fragilidades ou contradições, elas permitem às mulheres controlar, ao menos parcialmente, as impressões que produzem nos outros, afirmando-se como

3 PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa indicam que o envelhecimento feminino, longe de constituir uma etapa homogênea marcada exclusivamente por perdas, declínio ou retraimento social, configura-se como um processo atravessado por disputas simbólicas, negociações identitárias e reconfigurações das relações de gênero. As narrativas das “mulheres velhas” que frequentam espaços de forró evidenciam que a velhice pode se tornar um terreno privilegiado de ressignificação da autonomia, especialmente quando analisada a partir de contextos populares, nos quais o corpo, a sociabilidade e a memória assumem centralidade na produção de sentidos sobre o envelhecer.

O recurso às entrevistas orais, compreendido não apenas como técnica de coleta de dados, mas como prática social e gesto epistemológico, permite apreender a forma como essas mulheres narram suas trajetórias e reelaboram experiências marcadas por controle, vigilância e restrições impostas por normas patriarcais. Conforme aponta Thompson (1997), a experiência vivida, quando narrada, não se limita à descrição do passado, mas constitui um campo ativo de

produção de significados. As falas analisadas revelam que os códigos de gênero inscritos ao longo da vida não desaparecem com o envelhecimento; ao contrário, são reatualizados, tensionados e, em certos contextos, deslocados.

As entrevistas mostram que, durante a juventude e a vida adulta, a circulação em espaços públicos e a participação em atividades de lazer foram fortemente reguladas por figuras masculinas — pais, maridos ou companheiros — e por uma moralidade que associava a respeitabilidade feminina ao recolhimento doméstico. Expressões como “de primeiro a gente não saía” ou “não podia ir pra festa” sintetizam uma experiência geracional marcada pela naturalização da vigilância e pela contenção dos desejos e do prazer corporal. Essas narrativas evidenciam como o patriarcado operou como estrutura organizadora das trajetórias femininas, delimitando fronteiras rígidas entre o espaço público e o privado.

No entanto, o envelhecimento emerge nas falas como um momento de deslocamento dessas amarras. A possibilidade de “sair”, “dançar” e “andar por onde quiser” aparece reiteradamente associada a um sentimento de liberdade conquistada, muitas vezes narrada como inédita ao longo da vida. Esse movimento permite compreender a velhice não como encerramento da vida social, mas como etapa de reorganização simbólica e ampliação das margens de ação. Ao narrar o presente em contraste com o passado, as “mulheres velhas” constroem uma leitura crítica de suas próprias trajetórias, evidenciando rupturas em relação a normas antes internalizadas.

A memória desempenha papel central nesse processo. Ao recuperar experiências passadas, as entrevistadas não apenas relatam episódios de repressão, mas os reelaboram à luz do presente. O riso, as pausas e as inflexões emocionais presentes nos relatos indicam um trabalho simbólico de resignificação, no qual episódios de controle são reinterpretados como momentos de astúcia, coragem e resistência cotidiana. Práticas como “fugir quando o pai dormia” revelam o que Certeau (1994) conceitua como táticas do cotidiano: microações por meio das quais sujeitos submetidos a relações de poder produzem brechas de autonomia no interior das estruturas de dominação.

É nesse contexto que o forró se apresenta como um espaço sociocultural privilegiado para a análise do envelhecimento feminino. Longe de se restringir a uma atividade recreativa, o forró configura-se como um campo de sociabilidade marcado por códigos simbólicos, rituais e performances que permitem às “mulheres velhas” reinscrever seus corpos no espaço público. A preparação para a festa — a escolha da roupa, da maquiagem e do perfume — e a dança em

si constituem práticas de visibilidade e reconhecimento, por meio das quais o corpo envelhecido, frequentemente associado ao apagamento social, torna-se um corpo em movimento, legitimado pela interação coletiva.

A centralidade da dança pode ser compreendida à luz da perspectiva de Goffman (2015), para quem a vida social é atravessada por performances e apresentações de si. No forró, essas mulheres constroem fachadas que afirmam vitalidade, autonomia e presença social, desafiando representações que associam a velhice feminina à fragilidade ou à dependência. Ainda que essas performances não eliminem completamente as marcas de desigualdades persistentes, elas produzem deslocamentos simbólicos importantes, reposicionando a “mulher velha” como sujeito ativo da cena social.

As narrativas também evidenciam o papel do trabalho reprodutivo e do cuidado como dispositivos centrais de contenção da autonomia feminina ao longo da vida. A ausência de filhos pequenos na velhice é frequentemente mencionada como condição que possibilita maior liberdade de circulação e escolha. Tal elemento dialoga com as análises de Fraser (2007), ao demonstrar como a divisão sexual do trabalho e a responsabilização das mulheres pelo cuidado operam como mecanismos estruturais de desigualdade, cujos efeitos se prolongam por toda a trajetória de vida. A velhice, nesse sentido, pode representar uma ruptura parcial com a lógica da abnegação, permitindo o deslocamento do eixo identitário do dever para o desejo.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas é a recusa de vínculos afetivos que impliquem novas formas de controle. A valorização do “estar solta” aparece como afirmação explícita da autonomia conquistada, desafiando estereótipos que associam a “mulher velha” à carência emocional ou à necessidade de tutela. Essa postura evidencia uma reavaliação crítica das relações conjugais e de seus efeitos sobre a liberdade feminina, revelando que o envelhecimento pode ser vivido como espaço de autodeterminação e redefinição de prioridades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam, portanto, que o envelhecimento feminino, quando analisado a partir das experiências das “mulheres velhas” em espaços de forró, revela-se como um processo ativo, plural e atravessado por disputas simbólicas. Entre continuidades e rupturas, essas mulheres renegociam normas, reinterpretam suas trajetórias e produzem novos sentidos para a velhice. O forró, nesse contexto, não é apenas cenário, mas dispositivo sociocultural que

condensa dimensões simbólicas, afetivas e políticas do envelhecer, permitindo que a dança se converta em gesto cotidiano de resistência, autonomia e afirmação da existência social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth (org.). **Dicionário feminino da infâmia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**: uma realidade incômoda. São Paulo: Difusão Européia, Volume, 1970.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**, 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. **Antropologia e velhice. Campinas: IFCH/UNICAMP**, p. 7-27, 1998.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. In: DEBERT, Guita Grin (Org.). **Antropologia e velhice**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994. p. 49-71.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2023.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista estudos feministas**, v. 15, n. 02, p. 291-308, 2007.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015.

NEGREIROS, T. C. G. M. Sexualidade e gênero no envelhecimento. **Alceu**, v. 5, n. 9, p. 77-86, 2004.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

SIMMEL, Georg. **Simmel on culture: Selected writings**. Sage, 1997.

THOMPSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.

WETTSTEIN, Markus *et al.* Postponing old age: Evidence for historical change toward a later perceived onset of old age. **Psychology and Aging**, 2024.